



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS**

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

**O OESTE ALAGOANO E O PENSAMENTO DA HISTORIOGRAFIA
TRADICIONAL**

**MACEIÓ - AL
2022**

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

O OESTE ALAGOANO E O PENSAMENTO DA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Maceió, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

MACEIÓ - AL
2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

N244o Nascimento, Edvaldo Francisco do.
O oeste alagoano e o pensamento da historiografia tradicional / Edvaldo Francisco do Nascimento. – Maceió, 2022.
15 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.
Artigo científico (Especialização em História de Alagoas) -
Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. História de Alagoas. 2. Moreno Brandão. 3. Craveiro Costa. 4. Historiografia.
5. Região oeste alagoano. I. Título

CDU: 981.35


Natália Maria Amarel
Bibliotecária – CRB-4/989

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

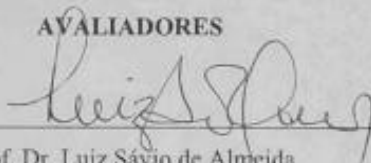
O OESTE ALAGOANO E O PENSAMENTO DA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Maceió, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

Aprovado em: 8/7/2022.

AVALIADORES



Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSE VIEIRA DA CRUZ
Data: 09/08/2022 21:55:08-0300
Verifique em: <https://verificador.jb.br>

Prof. Dr. José Vieira da Cruz

Documento assinado digitalmente

gov.br

GERSON MACIEL GUIMARAES
Data: 20/08/2022 22:55:21-0300
Verifique em: <https://verificador.jb.br>

Prof. Dr. Gerson Maciel Guimarães

MACEIÓ - AL
2022

O OESTE ALAGOANO E O PENSAMENTO DA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

THE WEST ALAGOANO AND THE THOUGHT OF TRADITIONAL HISTORIOGRAPHY

Edvaldo Francisco do Nascimento¹

RESUMO

Este artigo discute obras da historiografia sobre o estado de Alagoas: História de Alagoas, de Craveiro Costa, e, especialmente, História de Alagoas e o Baixo São Francisco: o rio e o vale, de Moreno Brandão. O texto analisa com maior pormenor o trabalho de Brandão buscando pensar sobre a seguinte questão: como esses livros abordam a região oeste dentro da formação histórica alagoana? Como fundamentação teórica, utilizou-se a tese do professor Luiz Sávio de Almeida sobre o “pacto do açúcar”, compreendendo-o como uma rede de interligação radical entre poder, propriedade e tipo de produção, vinculados especialmente ao leste alagoano, mata e litoral, que assumiram o controle do comando provincial. Conclui-se que predomina na historiografia tradicional uma valorização do leste em detrimento do estudo sistemático da historiografia do oeste. O poder encaminhou os rumos desses estudos históricos. Essa predominância de uma interpretação de Alagoas, inclinada para o leste, produziu um vazio, uma ausência, podendo-se dizer um “buraco negro” nas leituras sobre Alagoas. Portanto, Moreno Brandão e Craveiro Costa são dois autores fundamentais e inaugurais do que se chamará de consolidação da historiografia de Alagoas. Ambos são das primeiras décadas do século XX e a grande novidade que trouxeram foi o rompimento com o almanarquismo e com a tendência das monografias.

Palavras-chave: historiografia; Alagoas; oeste alagoano; Moreno Brandão; Craveiro Costa.

ABSTRACT

This article discusses works of the historiography on the state of Alagoas: História de Alagoas, by Craveiro Costa, and, especially, História de Alagoas e o Baixo São Francisco: o rio e o vale, by Moreno Brandão. The text analyzes Brandão’s work in greater details, seeking to think about the following question: how do these books approach the west region within the historical construction of Alagoas? As a theoretical foundation, the thesis of Professor Luiz Sávio de Almeida on the “sugar pact” were used, understanding it as a network of radical interconnection between power, property and type of production, linked especially to the east, forest and coast of Alagoas, which took control of the provincial command. It is concluded that in traditional historiography an appreciation of the east prevails, to the detriment of the systematic study of the historiography of the west. The power guided the directions of these historical studies. This predominance of na interpretation of Alagoas, leaning towards the east, produced a void, an absence, which could be said to be a “black hole” in the readings about Alagoas. Therefore, Moreno Brandão and Craveiro Costa are two fundamental and inaugural authors of what will be called the consolidation of the historiography of Alagoas.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor das redes estadual de ensino do Estado de Alagoas e do município de Delmiro Gouveia. Como pesquisador, tem atuado nos seguintes temas: Educação, História da Educação, Desenvolvimentismo e Educação, Educação e Cultura no Sertão. E-mail: edvaldofnascimento@gmail.com.

They're both from the first decades of the 20th century and the great innovation they brought was the break with almaarchism and with the tendency of monographs.

Keywords: historiography; Alagoas; west of alagoas; Moreno Brandão; Craveiro Costa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute obras da historiografia sobre o Estado de Alagoas, quais sejam: História de Alagoas, de Craveiro Costa, e, especialmente, História de Alagoas e o Baixo São Francisco: o rio e o vale, de Moreno Brandão. O texto discute com maior pormenor o trabalho de Brandão e busca pensar sobre a seguinte questão: como esses livros abordam a região oeste dentro da formação histórica alagoana?

Foram os debates nas aulas da disciplina Formação Histórica de Alagoas que provocaram inquietações de nossa parte, inclusive quanto à necessidade de uma análise sobre o modo como a historiografia relativa a Alagoas tem abordado a região oeste do estado, considerando, também, que a ênfase dos trabalhos históricos, geográficos e das ciências sociais em Alagoas trata fundamentalmente do leste, região de predominância da economia canavieira.

A tese discutida pelo professor Luiz Sávio de Almeida na mencionada disciplina coloca em relevo o território central do que ele chama de pacto do açúcar, questão política que julgamos essencial e que articula a composição econômica, de poder e da escrita sobre a formação histórica de Alagoas. Essa tese baliza a nossa reflexão. Justificamos que a razão da escolha dos mencionados textos se deve ao fato de serem raros os trabalhos em Alagoas que buscam discutir a formação histórica do estado.

No século XIX, foram produzidos dois excelentes trabalhos por Hum Brasileiro e por Dias de Moura. Esses textos, porém, não comportam análises mais aprofundadas, tendo viés exclusivamente informativo. Em 1872, nasceu a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Era um manifesto, pois surgiu próximo ao clássico de Thomaz do Bom-Fim Espíndola, intitulado Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província de Alagoas. Apesar de sua finalidade didática, ele pretendeu analisar tópicos da nossa formação. E, possivelmente, supera a segmentação informativa predominante nos trabalhos da época. Praticamente um terço de século após a publicação da obra de Thomaz Espíndola foi que Moreno Brandão publicou um trabalho também de caráter didático sobre Alagoas e que se transformou num clássico. Ele foi por nós consultado como a primeira obra de interpretação de Alagoas e, mais ainda, pelo seu caráter didático, que insinuava o que deveria Alagoas saber sobre si mesma.

O trabalho de Moreno Brandão, produzido no começo de 1907, superou o almanarquismo que seguiu na produção sobre Alagoas até Thomaz Espíndola. Brandão apoiou-se muito na pesquisa de Espíndola e foi além, buscando apresentar diferenciações territoriais, o que veio a ser manifestado em sua tentativa de explicação e conhecimento sobre a região do São Francisco. Essa preocupação se encontra no correr da História de Alagoas e, posteriormente, ele se inclinou a um começo de diferenciação cultural entre norte e sul, numa tentativa de um novo olhar sobre o estado, o que lhe deu o caráter de pioneiro nesse tipo de abordagem.

Nesse sentido, a proposta deste artigo foi a de analisar como esses dois autores trataram o oeste alagoano nessas obras analisadas.

2 DOIS CLÁSSICOS E DUAS INTERPRETAÇÕES DE ALAGOAS

Thomaz Espíndola, Moreno Brandão e Craveiro Costa são fundamentais na historiografia de Alagoas, mas tiveram contextos de produção diferentes. Espíndola pode ser considerado um clássico senhorial. Por outro lado, tem de se verificar que a participação intelectual de Brandão e Craveiro é realizada, inclusive e enfaticamente, pela experiência jornalística, e ambos foram de caráter didático nas obras que estamos considerando com fins de serem ensinados nas escolas. A inclusão deles, que não sabemos aquilatar em profundidade, dará o senso oficial aos seus pensamentos sobre Alagoas. Isso reforça a ideia da discussão dos referidos textos e, especialmente, o de Moreno Brandão, ao mesmo tempo em que gera uma questão essencial: será que viam Alagoas como um todo ou centrada na área do território do pacto do açúcar?

Por pacto do açúcar estamos entendendo, na mesma linha de Luiz Sávio de Almeida, a interligação radical entre poder, propriedade e tipo de produção, vinculados especialmente ao leste alagoano, mata e litoral, que assumem o controle do comando provincial. Craveiro Costa, por seu turno, tentou caracterizar o processo de formação histórica de Alagoas; fez diferentemente de Moreno Brandão. Ele não teve ou não levou a seu texto o mesmo nível de interesse por regiões, conforme aparecia em Brandão.

Esses dois clássicos não se preocuparam ou viram o que Almeida propõe como “as rotas de acumulação”, ou os caminhos percorridos pelo capital em busca da geração de lucro, que é sua renda, diferenciados pela posição oeste e leste, no que pesa, essencialmente, a conformação das bacias do Atlântico e do São Francisco, ou seja: a circunstância e a direção das águas. As bacias do Atlântico dariam margem à plantation açucareira, como destacaremos posteriormente. As circunstâncias das águas não poderiam levar o açúcar a adentrar no oeste.

Oeste é uma expressão difícil de ser precisada nesse caso, e é preciso definir que o estamos considerando como semiárido, correspondendo, em grande parte, ao que atualmente são chamadas de mesorregiões Sertão e Agreste. Claro que a expressão semiárido é atual, mas, se ela não era usada, o território vivia os elementos que a definem com relação a umidade, água e outros elementos que não precisamos pormenorizar. Os efeitos do semiárido tornavam evidentes as diferenciações e eles jamais poderiam deixar de saber que existiam. Era uma diferenciação absolutamente grave, pois continha em seu bojo o que era conhecido como seca, uma evidência pública. E aí vem um outro problema: como poderiam deixar de incorporar algo tão evidente? Possivelmente, a vida das pessoas não estava em evidência, nem, por consequência, o que passava na sociedade sertaneja.

Quando falamos em semiárido, temos um problema: a aplicação de uma definição formalmente estabelecida pelo poder público na atualidade. Isso significa trazer um conceito moderno para o tempo de produção dos tempos mencionados, o que não nos parece apropriado. Então, preferimos, para caracterizar o território, a expressão seca, que era do cotidiano dos povos desde o começo da colônia. Estava claro que Alagoas dimensionou-se territorialmente pelo regime das águas, onde se tem toda a implicação da ordem da geografia física. Por outro lado, é claro, estamos mobilizando toda uma referência simbólica que a água representa. Não podemos dizer que Alagoas fosse água e não água, mas modos de ser água; não podemos dizer que Alagoas fosse açúcar e não açúcar, mas, como discutiremos, bem que poderia ser.

En passant, devemos deixar claro que não estamos referindo-nos ao simbolismo das águas, no sentido da caracterização do que seja o alagoano, como fez Gilberto Freyre, ao dizer que somos um povo anfíbio. A água está fundamentalmente ligada à organização da produção nitidamente diferenciada. Surge, pois, uma outra pergunta: como isso pode escapar de ser condição central de interpretações essenciais sobre a nossa formação? Essas perguntas nos

tentam a dizer que o açucareiro predomina de tal forma que seus feitos eram suficientes e necessários para responder sobre o que seria Alagoas na produção científica senhorial.

Posteriormente, as abordagens repetiram essa insuficiência de visão sobre o tempo alagoano e as bacias. E, na verdade, o grande conjunto da nossa produção, conforme ressaltou Almeida em *A Formação Histórica de Alagoas* (2018), sempre nos deu prioridade para uma fala do e para o centro do poder, onde, tradicionalmente, concentrou-se a riqueza do estado. Predomina na historiografia tradicional uma valorização do leste, em detrimento do estudo sistemático da historiografia do oeste. O poder encaminhou os rumos dos nossos estudos históricos. Essa predominância de uma interpretação de Alagoas, inclinada para o leste, produziu um vazio, uma ausência; por que não dizer um buraco negro nas leituras sobre Alagoas!?

O nascimento da historiografia em Alagoas passou pelas páginas da Revista do Instituto Histórico de Alagoas, inicialmente, ainda conforme o mesmo Almeida, gerando os paradigmas de Carotá e de Dias Cabral. Moreno Brandão e Craveiro Costa passaram por uma continuidade do paradigma de Carotá e talvez a insuficiência de ambos viesse da ligação com a prática política senhorial, onde predomina e sempre predominou o pacto do açúcar. Contudo, é possível pensar num encontro sertanejo de Moreno Brandão, que veio de família da área de Mata Grande e que viveu boa parte de sua vida, e no começo de sua carreira, na área do rio São Francisco, mantendo um jornal em Penedo, local onde publicou as duas obras aqui comentadas. Em Brandão, a evidência da região se fez pela evidência do cotidiano, e o São Francisco não aparece por acaso na obra de Brandão, mas como imposição no espaço que foi sua circunstância de vida durante longos anos.

Quando Craveiro Costa estabeleceu um recorte regional, ele foi de leste, minimizando o oeste, numa perspectiva diferente de Moreno Brandão, que, inclusive, teve uma acentuada visão da fronteira sul. Com seu belo texto sobre Maceió, posterior ao seu livro sobre Alagoas como um todo, Craveiro estava preocupado com o leste. É possível dizer que o seu livro sobre Alagoas, classificado como resumo didático, e o texto sobre Maceió formam dois grandes trabalhos sobre o açúcar alagoano e, embora não diretamente, reverberaram no clássico de Manoel Diégues Júnior sobre os banguês.

Pela visão que Brandão mostra em *A História de Alagoas*, ele teria condições de ir a qualquer área de Alagoas, embora, não se pode negar, a sua ênfase seja açucareira. Mas, ele estava plantado na fronteira sul de Alagoas e que foi uma das áreas onde se teve maior evidência da construção de uma consciência regional a partir da junção territorial realizada pelo rio.

O grande problema em Brandão é que ele é mais um cronista do que um intérprete, e sobe as águas do rio, mas não pega as veredas sertanejas e agrestinas para o norte. Nisso, o Sertão fica desviado de seu conjunto com o rio. Na verdade, o rio necessita tanto do Sertão e do Agreste quanto as duas áreas necessitam das águas. Não houve uma articulação nítida da integração do Sertão com o rio na obra de Brandão. Pensar essa região de forma fragmentada não ajuda, significativamente, no entendimento do oeste e muito menos dos elementos que lhe caracterizam como conjunto. Por outro lado, o importante em Moreno Brandão é que a consciência de algo diferente aflora e isso foi realizado pelo que significou o rio que ele aborda, especialmente o rio após o vapor ou, em outras palavras, a complementação da junção da área à revolução industrial: primeiro, o algodão para a indústria têxtil; segundo, o vapor com grande avanço tecnológico que refez, em grande parte, o senso da economia política do rio. As águas, com o vapor, ganharam mais intensidade e velocidade, mas jamais toldaram o trânsito das canoas, que, junto ao vapor, mostravam a concomitância da tradição e progresso.

É interessante, contudo, saber que muito antes de Moreno Brandão e Craveiro Costa já era visto como algo diferente uma construção cultural e política diferenciada do litoral e da mata. O peso açucareiro na sua condição de pacto político praticamente tratou de construir

uma visão de um todo alagoano sem o realce para o oeste. Quando trata do texto de Diéguas Júnior, Almeida, em prefácio para o livro desse autor sobre os banguês, aponta como Diéguas esgota as Alagoas pela explicação do que foi o açúcar. É justamente a tese do comando da produção, da importância da mercadoria na formação da renda e do produto que interfere decisivamente na produção intelectual, conforme os comentários feitos no andamento da referida disciplina.

Tanto Moreno Brandão quanto Craveiro Costa, pelo viés teórico que trabalhavam, não teriam condições de traçar um quadro abrangente de diferenciação territorial e ambos acercaram-se daquilo que lhes estava em evidência: explicar Alagoas pelos dois pontos fundamentais da sua urbanização; e eles eram portos: Maceió, o grande centro para onde se dirigia a produção provincial e republicana; Penedo era o local por onde as águas do São Francisco desciam, acompanhadas pelo que vinham dos sertões, inclusive de Pernambuco, que, sem dúvida, desciam dos sertões e mais adentro dos próprios mundos do Pajeú e Tacaratu.

Tratando-se do extremo oeste, sua formação histórica deve levar em consideração o fenômeno geográfico e natural da cachoeira de Paulo Afonso, ponto de chegada e partida de pessoas e mercadorias, inclusive do gado vindo dos sertões baiano e pernambucano como elemento na formação dessa região. O básico da economia do oeste sempre foi a pecuária e, depois, o algodão.

Alagoas sempre teve uma evidência de regiões, mas nunca as teve trabalhadas. As comarcas eram indícios de regiões, e há de se ver como retalhavam a área açucareira e como somavam a área do Sertão, especialmente no gigantismo de Penedo. Observa-se, por outro lado, que não se poderia pedir a Craveiro, nem a Moreno Brandão, uma discussão que possivelmente não cabia à época, inclusive pelo âmbito da teoria que circulava em Alagoas e, talvez, no fundo, o que era região somente passou a ser evidente nas discussões alagoanas a partir dos fins da década de 1950, quando a ideia de desenvolvimento integrou-se aos modismos de nosso estado. Quando Brandão pensava em Alagoas, ele pensava em Penedo em destaque, mas o centro político de decisões que era o leste termina por assumir seu texto. E nota-se algo muito forte a ser considerado: não seria possível pensar sobre Alagoas a não ser a partir do local de mando, e este era o açúcar, não desalojado do comando pelo algodão.

Essa seria uma consequência da própria mentalidade senhorial. Ela não poderia sobreviver sem pontos de concentração de uma produção que se destinasse a ser exportada. A única mercadoria existente à época para ser encaminhada à exportação era o açúcar, e é claro que estaria concentrado no mando da comarca, com um forte esquema de poder distanciado das estruturas formais do governo, embora incidisse sobre ele. A produção desce para o sul e é no seu peso de geração de renda e produto, especialmente de mata e litoral, que se faz nos inícios, bem mais propriamente no litoral, face às dificuldades de enfrentar a densidade da mata, que, para ser efetivamente rompida, necessitaria da liberação dos Palmares, possibilitando avanços em maior escala para os vales do Mundaú e do Paraíba.

Dois pontos centrais estavam montados em Porto Calvo e Alagoas, apoios de serviço para as plantações que se estabeleciam e, sobretudo, para o que dizia respeito à distribuição da mercadoria a demandar portos. O Sertão não tinha portos e teria que descobrir a logística do rio São Francisco, verificando a possibilidade de fortalecer a potencialidade vista ainda no século XVI: Penedo. Ao longo do tempo, Penedo foi se firmando como centro de distribuição de todo o Sertão e boa parte do Agreste, intensificando a sua condição urbana de serviço com o ganho de mercado quanto ao algodão que se deslancharia nos fins do século XVIII.

Quando o algodão começou a pesar e a trazer as terras de Agreste e Sertão, o açúcar já estava em torno de dois séculos e meio de produção e esta era fundada nas possibilidades de água, vale e massapê. Não há possibilidade, sob qualquer forma, de se ver diferentemente a questão. O açúcar, a oeste, estaria no que se poderia chamar de um longínquo Sertão, nas

proximidades do Moxotó, por conta dos vales úmidos que vivem uma mancha climática, onde se teria plantada a ideia de mata, como se pode ver nos antigos nomes de Mata Grande e Matinha de Água Branca. Esta última significa perda de densidade na direção sul, ou do rio, e Mata Grande significa a concentração de uma área diferenciada, cercada, ao norte, pela faixa da Borborema, diferente do que se via no entorno. Mata Grande e Água Branca, por suas características geográficas, têm condições diferentes do restante do oeste alagoano. Essa condição excepcional sertaneja, contudo, jamais poderia concentrar uma alta produção açucareira. Suas terras tiveram pequenos engenhos rapadureiros, a bem dizer, molinotes, sem qualquer possibilidade de alto lucro.

A região do centro de serviços que era Penedo estava longe, distante ao extremo daquela mancha úmida que se beneficiava dos ventos vindos do São Francisco. O próprio Penedo jamais poderia ser propício ao açúcar; grande parte de seus estabelecimentos estavam plantados em ilhas inundáveis e, adentrando para o norte, de imediato encontrava um solo de carrasco. Almeida mostra os efeitos disso a longo prazo quando discute a composição que o pacto do açúcar demonstrava ser economicamente em 1854 e, nisso, pode ser entendido que, jamais, o açúcar poderia ter grandes consequências econômicas nas bandas da fronteira sul ou do oeste.

É claro que a concentração territorial da produção exigia uma organização senhorial, hierárquica, que deveria ter uma forma diferente do que se estabelecia na produção do oeste. Almeida demonstra a necessidade do estabelecimento de uma rede de relações de consolidação de mando, que seria diferente do que iria acontecer no oeste. Claro que seria uma malha a comportar altos conflitos, mas não se esgarçaria com facilidades, apesar dos desencontros, pelo fato de que a disputa do mando era evidente e constante, mas havia um objetivo a fazer e que era coletivo: a consolidação das rotas de acumulação em razão do esperado pelo controle da matriz de produção; a montagem da renda do capital; a montagem do lucro. A razão do lucro seria a razão dominante e não poderia ser perturbada como o grande objetivo do sistema que tem os seus princípios e sua continuidade no mando açucareiro.

Aliás, quanto mais longínquo fosse do litoral, maior dificuldade se teria para chegar ao ponto de interfaces que era o porto. Para sustento da economia, a renda e o produto não se completavam aqui. O Sertão somente poderia mandar couro pelo fato da montagem da pecuária com as condições ambientais, uma pecuária que Almeida chamou de xique-xique e macambira.

É preciso aduzir que a produção estava absolutamente circunscrita às condições ambientais do Sertão e do Agreste, diferentes das que se apresentavam para o litoral e a mata. A própria entrada da pecuária foi sendo levada para o Agreste e o Sertão. Não se articulava a dissociação entre o leste e o oeste; inclusive, ela jamais poderia acontecer. O que se dava era a imposição das condições naturais e a imposição de mercado. O açúcar teria seu lugar, e não poderia ser a oeste. Este teria que conseguir realizar a sua objetividade econômica; e ela, inicialmente, veio com a penetração do gado, com os marcos econômicos dos currais, concomitantemente à expansão do açúcar na área do litoral, que foi vagarosa, em torno de atitude, pelas dificuldades de expansão em área de densa mata e em busca dos limites ecológicos possíveis para cana-de-açúcar; o capital vivia de nichos ecológicos.

Numa empresa como a colonial, a matriz de produção não comporta alto nível de imprevisibilidade e, portanto, insuficiente como fosse a noção de risco; a noção de custo-benefício existiria e seria ponderável. Entre oeste e leste, com as dificuldades inerentes ao ambiente, inclusive a seca, a previsibilidade da produção de imediato proporia a região leste como a que satisfaria mais facilmente às condições de renda. Além do mais, acontecia a necessidade de a produção ter ganhos em escala e, por consequência, haver um mercado consumidor capaz de responder pelos custos de investimento e manutenção do sistema

produtivo. E esse mercado correspondia ao papel que o açúcar ganhava no mercado europeu. Era ele o caminho. E dele derivam as rotas que foram assumidas pela necessidade da renda.

Daí nasceram os caminhos e os pontos de leste. No entanto, nesse particular, há de se ver a ênfase no litoral e mata norte. Há um território demarcado para o açúcar; de imediato, ele se fez até os limites da mata de São Miguel dos Campos, entrando a oeste até onde permitia o vale do rio, e isso nos leva às cercanias dos Campos dos Arrozais dos Inhauns, não podendo ir além pelo encontro imediato do Agreste, e bem mais a fundo pelo encontro imediato dos sertões. Abaixo de São Miguel estariam as terras de tabuleiro, às vezes carrascos, às vezes areais de mangaba. Somente uma alta tecnologia poderia fazer com que o universo do açúcar descesse por essa área da comarca, essa unidade política cujos limites eram misteriosos.

A tecnologia capaz de romper com o massapé somente teria peso, e muito paulatinamente, a partir da década de 1950. É algo óbvio: o açúcar poderia ser construído, mas nunca inventado, e jamais se poderia pensar em uma invenção açucareira do oeste. A linha separatriz era o ecológico e, nele, solo e água.

3 O AÇÚCAR E O NÃO AÇÚCAR

É preciso notar nesse ponto que a expressão leste é elástica e, portanto, é possível demarcar nesse conjunto leste dois subconjuntos: o açucareiro e o não açucareiro. O não açucareiro jamais teria as condições ecológicas do oeste, mas não seria central nas decisões políticas. As decisões políticas, ainda conforme Almeida, eram as estabelecidas pela área central do pacto do açúcar e, grosso modo, estariam estabelecidas nas porções territoriais que já mencionamos: o litoral da Barra do São Miguel em direção à conurbação fronteiriça onde se tinha o Persinunga e a mata que bateria na fronteira dos Palmares. Nós não estamos demarcando uma homogeneidade de situações; nem o leste homogêneo nem o oeste. Mas é importante entender que o pacto do açúcar se fez forte em uma pequena porção territorial de Alagoas e conseguiu firmar-se pelo modo como se construiu a relação entre o imperial e o provincial, como estamos, sem dúvida, dando ênfase a uma história que se delineia a partir das primeiras décadas do século XIX. A grande questão é ver como flui a rede de poder que se desenvolve entre o açúcar e o não açúcar, quais as mediações que ela opera e como opera.

Isso em nada esgota, ou minimiza, o que acontece no oeste e no leste não açucareiro. No entanto, é impossível dissociar o comando provincial do que ocorre no leste, até mesmo não somente com relação às condições físicas de produção, mas, sobretudo, a elementos como a concentração de produção e a concentração de população, além do retalhamento territorial, pela criação de importante rede de serviços, naturalmente destinadas à distribuição das mercadorias que rumavam a Maceió. Uma série de elementos começa a aparecer nesse breve estudo que estamos realizando: a água, o clima, o solo, as consolidações urbanas e a possibilidade que é gerada do encontro imediato com a riqueza produzida e, mais ainda, como essa riqueza gerou o controle político do local, assumindo postos de decisão e comando.

O modo como essa rede de interligação com o poder foi montado jamais poderia ser realizada no oeste, que, na realidade, pela forma econômica da produção e da importância da distribuição, seria radicalmente diferente. A grande produção no oeste somente foi reestruturada no final do século XVIII. As condições de produção e mando centradas no açúcar se desenvolveram nas primeiras confirmações litorâneas de que se iria montar uma economia branca e senhorial. É possível até pensar numa concomitância entre pecuária e cana-de-açúcar, mas as diferenciações territoriais foram nitidamente estabelecidas.

Não há uma possibilidade de se precisar o que seria esse nosso leste e o que seria esse nosso oeste, mas é possível intuir as aproximações necessárias e contundentes ao que se verifica a duas condições ambientais diversas. É assim que estamos chamando de oeste uma

condição similar, mas nunca igual, ao que hoje corresponde às mesorregiões do Agreste e do Sertão. Sabemos que estamos diante de uma imprecisão, mas ela é salutar na medida em que olhamos o que poderíamos chamar de fronteira do açúcar, descida, a leste, para os lados de Coruripe e para os lados rapadureiros do Penedo. Precisão inexistente e ela, na realidade, é desnecessária, até mesmo pela intenção de generalizar sobre a produção.

No entanto, melhor ficará caracterizado quando apelarmos para a bacia são-franciscana e bacia do Atlântico, o rumo das águas, e, por consequência, o rumo das produções. Necessariamente, as bacias são-franciscanas corresponderam ao oeste, normalmente águas descidas do Sertão de Pernambuco, indo em direção ao São Francisco: águas que, às vezes, desaparecem na inconstância da própria produção. Ao contrário, as bacias do Atlântico formam um conjunto de águas que podem diminuir, mas jamais desaparecer.

Essas águas, dentre outros fatores, responsabilizaram-se em grande parte pela ocupação territorial do açúcar que se monta e se expande formando o pacto de comando, correlato ao agrarismo que esteve, e, ainda persiste, na base da formação do poder de mando em Alagoas. Esse agrarismo, para Almeida, ligava a propriedade da terra ao poder, e estaria também no Sertão e no Agreste, mas não no modo como se organizou em função do exercício do poder. As fazendas do Agreste e do Sertão não geraram e nem podiam gerar o poder do tipo que decorreu da plantation açucareira.

A tese de que os engenhos eram unidades isoladas não prevalece. Eles estavam em rede e alguns motivos básicos seriam permanentes. Entre eles, a necessidade de controle do poder local. Isso existiu no Agreste e no Sertão, mas não do mesmo modo, não com a mesma riqueza empenhada e não com o mesmo modo de ser.

Estruturas de mando seriam diversificadas, mas o agrarismo seria o mesmo. Então fica visto que não estamos a argumentar uma dualidade, mas estamos a falar de uma ideia para produção diferenciada segundo os rumos da formação da renda e do produto interno. Até este ponto de nosso artigo, estivemos a utilizar a dicotomia entre leste e oeste: agora, seria de melhor alvitre falarmos em Sertão e Agreste postos em relacionamento com o leste, de onde sai a força de comando dos sistemas, necessariamente conflituosos, mas também necessariamente de acordo com o relacionamento básico da terra com o poder, relação qualificada pelo que gerava como lucro ou a renda do capital.

4 AGRESTE E SERTÃO

Esse leste, como já observamos, teria uma área central da cana-de-açúcar e dos seus engenhos, onde iria exercer o poder, o senhor de engenho, mas em rede. Nem Moreno Brandão nem Craveiro Costa tiveram a preocupação de ressaltar a diferença das situações entre a soma do Agreste e Sertão e o leste, a que vamos chamar de açucareiro, apesar da amplitude que o termo encaminha. Estamos, na realidade, colocando uma divisão que sabemos ampla, mas que encaminha uma boa ordem de discussão: Alagoas foi o açucareiro e o semiárido, duas condições que, como dissemos, podem ser vistas nas diferenças da montagem da matriz de produção, largamente situada sob a condição de ambiente que, no caso, enfaticamente, acentua-se em solo, clima e geografia.

O semiárido é uma categoria histórica recente, como já comentamos. Na realidade, com outro nome, era conhecido dentro das províncias do norte e identificado, sem a abrangência política da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a área da estiagem, descendo nas terras de fronteira com o Maranhão em direção aos pedaços sertanejos de Minas Gerais. Não poderia deixar de estar em evidência em qualquer trabalho que intentasse a reconstrução histórica de Alagoas. Isso é claro que não usaria o termo semiárido, mas não poderia deixar de entender que as águas fundaram duas Alagoas. Mesmo

Brandão, que viu o rio São Francisco, não adentrou-se no norte, não viu o quadro de vida que se abria, nem a distinção que se estabelecia em uma província que, examinando o seu progresso, estava no discurso oficial, ou encarava, de modo enfático, nas Alagoas do açúcar, especialmente centrada acima de São Miguel dos Campos, onde uma área contígua centrava produto interno bruto provincial.

Não seria difícil entender que duas situações estavam postas: a riqueza e a pobreza, correspondendo à pluralidade de bacias e às bacias apenas de água de chuva; colocamos a expressão em grifo pelo fato de não deixar de ser uma licença poética.

A bem dizer, Alagoas estava hierarquizada do ponto de vista do poder. Essa hierarquia levava a uma condição direta e extremamente simples: quanto maior o nível de riqueza, maior o nível de poder. Daí, formam-se grupos políticos em áreas; isso significa que o universo seja cheio de conflitos, como amiúde se pode observar, mas esses conflitos jamais iriam eliminar o fato de que a mercadoria sempre seria base de coesão, como princípio básico de estratégia que não permitiria aos desarranjos políticos intersenhoriais com a evidência de que seria preciso manter o ganho de capital.

Estava, portanto, clara a distribuição do poder montando núcleos que teriam parte efetiva na condução política do processo provincial, e a ênfase seria do açúcar. Uma política existiria na amplitude do semiárido e teria razões e sentido em sua área, mas não atingiria o núcleo principal da condução política da província de Alagoas. Quando o algodão entrou e cresceu em importância, ele se deu também pelo leste e começou por essa região, depois tomando o rumo do Agreste e do Sertão. Ele, embora uma inovação fundamental na economia, não conseguiu desalojar, nem poderia, o arranjo do pacto açucareiro.

E isso significa que uma estrutura política havia se firmado em torno da plantation açucareira e permitia-se a imagem de que, enquanto o açúcar concentrava a riqueza, o algodão não tinha a mesma performance. Era uma mercadoria não concentradora, mas necessariamente agrarista, conceito também retirado de Almeida. Enquanto a cana era rígida territorialmente, o algodão era difuso e veio a ter três realidades distintas: a do leste, a do Agreste e a do Sertão, que poderiam ser resumidas do açúcar e do não açúcar, do semiárido e das águas da mata e litoral, do leste e oeste, ou, mais propriamente, da concentração da produção do açúcar.

Embora não existisse a impossibilidade de grande propriedade, a organização fundiária e de poder seria diferente no semiárido e no leste. O agrarismo permanecia, mas com modos diferentes de ser. O algodão não estaria tão perto dos comandos provinciais como estaria o açúcar. A mudança na ordem econômica ocasionada pelo algodão não alterou o pacto do comando, que vinha estabelecido desde os primeiros tempos da colônia. O gado e o algodão não desalojaram o pacto do açúcar. Desse modo, são estabelecidas estas duas rotas de acumulação, movimentos do capital em busca do lucro sobre o território.

Os resultados de rendimento para a província terminavam sendo altos para o algodão, mas essa modificação não alterou fundamentalmente a condução política dos negócios provinciais, que sempre estiveram vinculados ao norte canavieiro e ao porto de Maceió. O montante do algodão passou também a somar no porto de Maceió de modo mais denso do que se dava em São Miguel dos Campos e mesmo em Penedo.

A ponderação dos custos de transporte deve ter sido um dos pontos básicos para a opção do algodão entre Penedo, São Miguel dos Campos e Maceió. Boa parte do algodão do Agreste rumava para São Miguel dos Campos e Maceió, mas seria quase impossível que fosse alto o encaminhamento do Sertão para outra área que não fosse a de Penedo, que receberia, sempre, o algodão ao oeste e isso é ponderável a partir da inclinação do baixo curso do rio São Francisco. Observe-se que do Moxotó para Penedo foi sendo ampliada a distância entre os pontos norte e sul. O que acontecia no extremo oeste de Alagoas nessa relação de distância entre fronteiras era o que permitia primeiro se incorporar a produção do Sertão

pernambucano. Era preferível mandar para o rio São Francisco a mercadoria que teria que seguir para o porto de Recife.

Dois universos ficavam caracteristicamente estruturados: de um lado a centralização açucareira a leste e, do outro, a pecuária e o algodão, a oeste. É preciso voltar a dizer que são diferentes, mas concomitantes na organização da matriz de produção provincial. É claro, contudo, que o grande retorno econômico será feito no leste e que será, essencialmente, na área de mata e litoral, acima de São Miguel dos Campos. Aí estará o grande poder em Alagoas e a expressão direta da ligação entre a organização fundiária e o controle do mando político.

5 FINALIZANDO A DISCUSSÃO

Moreno Brandão e Craveiro Costa são dois autores fundamentais e inaugurais do que vamos chamar de consolidação da historiografia de Alagoas. Ambos são das primeiras décadas do século XX e a grande novidade que trouxeram foi o rompimento com o almanarquismo e com a tendência das monografias. O almanarquismo era do mesmo tempo em que se davam os trabalhos do tipo de Hum Brasileiro e de Dias Moura e que ainda ingressam no texto clássico de Thomaz Bom-Fim Espíndola. As monografias aparecem claras nos trabalhos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, nas primeiras tentativas de operar com a ideia de que existe algo se formando, sendo construído e chamado de Alagoas.

Claro que esse tipo de problemática regional não estaria corrente à época de Moreno Brandão na historiografia de Alagoas e, nem mesmo, nos tempos de Craveiro Costa, cujo mergulho na formação histórica do Acre é melhor engendrado do que a segmentação em seu texto sobre Alagoas. Contudo, eram dois eruditos, e seria impossível que não tivessem condições de sentir e ver a densidade das diferenças. Como os dois livros são de caráter didático, poderíamos pensar que não desejariam vê-los discutidos em sala de aula? Essa é uma pergunta cuja resposta está em aberto. Mas, é claro, que discuti-los passaria necessariamente pelas malhas do poder. E isso incomodaria.

Não estamos, com este texto, querendo ir além das seguintes questões: (a) a diferença sempre esteve em evidência; (b) analisá-los sempre implicaria em discutir a natureza e práticas do poder; (c) apesar de verem e construírem além da historiografia anterior, o pacto do açúcar assumiu o texto e, vale dizer, que havia uma visão política radical com relação a esses fatores, dentro do movimento operário que, inclusive, chegou a discutir Marx.

Esse universo de pensamento dos trabalhadores vai muito mais além do que está em Brandão e Costa. A produção operária sobre a sociedade nunca foi a fundo sobre a história de Alagoas, mas o modo como discutia a questão política obrigatoriamente se colocava em confronto com a historiografia acomodada ao pacto do açúcar, especialmente com o nascimento de uma categoria política chamada de filhos do trabalho, que foram estudados por Almeida e, principalmente, por Maciel. Aliás, um intelectual operário que tentou a redação de uma história de Alagoas foi Pedro Nolasco Maciel, mas não levou a cabo e pertencia ao setor menos radical do movimento operário, embora, segundo Almeida, tenha sido o criador de um novo paradigma para se ver Alagoas, o que ele chama de paradigma de Pedro Nolasco Maciel, que rompeu com o que vinha sendo praticado com dois romances: A Filha do Barão, sem grande importância, e Traços e Troças, também romance, onde, na verdade, traça uma etnografia urbana de Maceió, e dentro dela enxerga uma categoria não antes trabalhada, chamada pobreza. A cidade deixava de ser exclusivamente senhorial, como se dava em Caratá, e passou a ser uma vida onde pobres e pobresas eram identificados. Se lermos, mesmo não cuidadosamente, os dois textos de Brandão e Costa, a pobreza se encontra esvaziada. E por que não estariam as divisões regionais, se elas ampliam o comando e o que

vai se querer dominado? Apesar dos avanços representados por Moreno Brandão e Craveiro Costa dentro da historiografia de Alagoas, a insuficiência teórica e a natureza da visão política implicada não estavam centradas numa discussão das diferenças, e somente elas postas em evidência, especialmente postas sobre as categorias trabalho e propriedade, poderiam trazer a revelação dessas mesmas diferenças, cujas categorias evidenciariam no que resultava a nossa formação histórica.

As obras são insuficientes quando discutem a nossa formação, e que essas insuficiências foram resultado de condições políticas e tiveram resultados políticos. Na verdade, Alagoas somente começou de modo efetivo a ser discutida quando a pós-graduação se estabeleceu dentro da Universidade Federal de Alagoas. Não é que a entidade defina o que é bom e o que é ruim, mas ela rompe com a submissão ao pacto do açúcar pela pluralidade de posições que ela admite e fomenta. Não existe, ou pelo menos diminui significativamente, uma ligação com os interesses dominantes.

Para finalizar, as obras trabalhadas de Brandão e Craveiro são bases colocadas para uma reflexão que dificilmente poderiam ultrapassar as condicionantes de seu tempo. Uma nova historiografia demandaria um novo tempo e isso não é uma mudança rápida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas: ensaios sobre demografia do século XIX**. Maceió: CBA Editora, 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas: ensaios sobre negros e escravos no Censo de 1872**. Maceió: CBA Editora, 2019.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula**, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. 2. ed. rev. e aum. Maceió: EDUFAL, 2013. Coleção Crônicas Alagoanas.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas e o Baixo São Francisco: o rio e o vale**. Maceió: EDUFAL, 2015.

CAROATÁ, José Próspero Jeovah Silva. Crônicas do Penedo. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). **Dois textos alagoanos exemplares**. Arapiraca: FUNESA, 2004.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. 3. ed. Maceió: Editora do CESMAC; Eduneal, 2020.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 3 ed. Maceió: Catavento, 2001.

DIAS DE MOURA, José Alexandrino. **Bosquejo histórico administrativo da província de Alagoas**. *In*: Falla à Assembleia Legislativa de Alagoas do Presidente da Província Pedro Leão Velloso, Maceió: Typographia Comercial, 1860.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: traços e influências do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou Descrição física, política e histórica da província de Alagoas**. Maceió: Edições Catavento 2001.

HUM BRASILEIRO. **Opúsculo da descrição geográfica e topográfica: física, política, e histórica do que unicamente respeita à província das Alagoas no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. De Berthe e Haring, 1844.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

MACIEL, Osvaldo Batista. **A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife: Edufpe, 2011.

MACIEL, Osvaldo Batista (Org.) **Operários em movimento**. Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007.

MACIEL, Osvaldo Batista. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MACIEL, Pedro Nolasco. **A filha do Barão**. Editora Senec/MEC, 1976.

MACIEL, Pedro Nolasco. Traços e Troças: crônica vermelha, leitura quente. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Traços e Troças: Literatura e Mudança Social em Alagoas**. Estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.